



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1007236-78.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Christiano Robson Machado**

Juiz de Direito: Dr. **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de pedido do autor para levantamento de resíduo do PIS em razão do falecimento de sua esposa.

Existem dois filhos menores (herdeiros).

O pedido de tutela de urgência foi deferido, autorizando-se o levantamento mediante o depósito do valor pertencente aos filhos menores.

O Ministério Público intervém no feito.

**É o relatório.**

**Decido.**

Defiro a gratuidade. **Anote-se.**

É o caso de procedência do pedido.

Assiste razão ao representante do Ministério Público.

Embora o autor não tenha depositado o valor em juízo, o saldo do PIS não é excessivo, que é pai dos herdeiros, não sendo necessária prestação de contas ou depósito judicial.

Pelo exposto, **ACOLHO o pedido formulado**, autorizando o levantamento dos valores e dispensando o autor de depósito judicial ou prestação de contas. Por consequência, julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Custas e despesas processuais pelo autor, beneficiário da gratuidade. Sem honorários de sucumbência, pois trata-se de procedimento voluntário.

O alvará já foi expedido.

Ausente interesse recursal, nos termos do artigo 1.000, do Código de Processo Civil, **fica anotado o trânsito em julgado nesta data**, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

Dê-se baixa no sistema e archive-se.

Ciência ao Ministério Público.

P.I.C.

São Carlos, 30 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**